

O DISTRICTO DE AVEIRO



PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 3\$540 réis — Semestre, 1\$770 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscreeve-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anuncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 3\$000 réis — Semestre, 1\$500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 44

SEXTA-FEIRA 29 DE NOVEMBRO DE 1861

PRIMEIRO ANNO

AVEIRO

Temos a relatar os acontecimentos da eleição municipal d'lhavo. O paiz já perdeu a memoria d'histórias como a que vae ler. As scenas que ali se passaram são d'outros tempos. Pertencem a outra quadra da nossa vida publica.

E ainda n'essas epochas tão escandalosos attentados só eram commettidos em alguma povoação sertaneja apartada do tracto commum, e composta por a maior parte de gente boçal.

Ficaram por muito tempo apontados na memoria publica os nomes dos lugarejos onde foram practicadas essas famosas brutalidades electoraes, e sem estes titulos de má fama nunca sahirião da sua obscuridade geographica.

Quasi todas as povoações, em que tal succedeu, eram dominadas por homens facinorosos, que tinham logrado escapar-se á vigilancia das auctoridades, e aterravam os povos com a sua mesma impunidade.

A villa d'lhavo em nada se parece com esses lugares que tiveram por distincção metter incidentes vergonhosos nos primeiros ensaios da nossa vida constitucional, e só a imbecillidade e o desaforo podiam arrastar-a a participar d'esta triste celebridade dando-lhe uma parceria que ella não merece, e que repelle por affrontosa.

Conhecera-se tambem por estes sitios as prepotencias electoraes, que imprimiram caracter a uma certa quadra politica, e os povos acharam sempre na sua preserverança, e coragem meios, ou de as baldar, ou de lhe oppôr uma nobre resistencia.

Houve recenseamentos falsificados, intervenção de força armada, prisões arbitrarías. Todas as classes tiveram suas victimas n'este furor de perseguição, nem as senhoras foram poupadas a demonstrações grosseiras, e, porque o não diremos? assoadas formaes.

Triste cegueira! Homens que se armaram e pozeram á frente das hostes populares, para sustentar a puridade do suffragio publico, e affugentar para longe da urna facinoras e devassos, deixam-se macular com a suspeita, não d'uma intervenção effectiva nas ultimas atrocidades d'lhavo, mas d'uma certa complicitade moral na perpetração d'ellas, pelo favor e auxilio dado aos que as praticaram! Siga cada um o rumo politico que melhor lhe parecer. Este direito é de todos, e convem que todos o sustentemos, mas o respeito ás leis, a escolha de bons meios, e a consideração com o publico, é dever de que ninguém pôde isentar-se, e que muitos devem ser escrupulosos em cumprir, porque o seu proceder faz exemplo.

A povoação d'lhavo é livre, activa, apaixonada, e intelligente. Por isso as pendencias electoraes são ali sempre calorosas. As parcialidades politicas combatem-se com energia, mas nas suas luctas não ultrapassam os limites legais. Quando as auctoridades pretendem immediatamente cumprir o voto dos cidadãos, são ellas que tomam do expediente repressivos, provocam as resistencias civicas. A gente d'lhavo é pacifica, e as agitações electoraes que ali tem havido, teem provinido sempre da excessiva intervenção do poder publico.

Agora não aconteceu assim. O administrador do concelho esquivou-se a interferir na eleição, apresentando ao governador civil, segundo dizem, as razões em que fundava a sua recusa. Em todo o acto eleitoral aquella auctoridade conservou-se extranha á contenda, limitando-se a desempenhar quanto lhe foi possível a sua incumbencia de policia, e de vigilancia.

As vozerias, os tumultos, os disturbios, e a final o roubo da urna foram obra d'uma facção turbulenta, que quer estabelecer o seu dominio naquella concelho, como em todos os outros do districto, que aggrega a si para este trabalho muitos sugeitos de má nota, que não reconhecem embargo para chegar ao seu fim, e que é capitaneada pelo governador civil. Não dizemos bem — O governador civil nunca capitaneou cousa nenhuma. — A farda e o chapéu d'elle é que andam nas mãos dos seus patronos, e que são levantados como insignias de guerra n'estas pelejas e conquistas.

Se o governador civil, fosse senhor seu, se tivesse deliberação propria, se fosse como o administrador d'lhavo, teria respondido aos conselhos e insinuações dos seus amigos como aquella auctoridade respondeu aos desejos e instancias d'elle governador civil. Bastava isto, isto só, para que a eleição d'lhavo corresse como devem

correr as eleições, em toda a parte. As parcialidades adversarias exgotavam os seus meios d'acção legal, e triumphava aquella a quem a opinião favorecesse.

D'este modo o governador civil ficava homem e auctoridade. O administrador do concelho ficava, como ficou pela sua prudente abstenção, homem serio, com a força moral entre os seus administrados. O paiz poupava-se a saber que o tinham deshonrado com mais uma prostergação descarada dos seus direitos e das suas leis. O governo não passava pelo dissabôr de vêr tão mal geridas as cousas publicas neste districto, e de se convencer da má escolha que fizera do funcionario superior que para cá mandou.

Ninguém pôde querer mal ao governador civil — Viva mil annos que nunca ha de ter a honra d'um odio, e não é por que seja bom, é por que não é bom, nem máo. Não ha maior injustiça, de que fazel-o responsavel pelos seus actos. Elle não governa nem manda, nem sabe o que vae, nem o que se faz. Chegam os seus mentores põem, dispõem, talham, retalham, escolhem, regeitam, louvam, censuram. Durante estes relatorios, que elle nem escuta, está mechendo os dedos para se assegurar de que tem a mão prompta e expedita para a assignatura dos papeis que lhe apresentarem. Já sabe que tudo aquillo acaba por escrever o seu nome, e a sua gloria consiste em o estender todo sem hesitação, em qualquer escripto que lhe submettam as pessoas que teem a honra de o governar.

Na vespera da eleição d'lhavo deu elle uma prova assignalada da sua coragem em fazer o que lhe mandam.

Foi o caso. As noticias electoraes d'lhavo eram em geral desfavoraveis aos tutores do governador civil e constou-lhes á ultima hora que para as partes da Gafanha havia dois cabos de policia que lhes eram adversos e que estavam dispostos a votar contra a sua lista.

Este inesperado revez dos dois cabos da Gafanha que queriam votar, segundo a sua consciencia desorientou os supremos directores do districto. Bufando d'indignação, e acabrunhados do descorçoamento eleitoral, foram-se ao governador civil, não pedir providencias mas propô-las. — Já tinham resolvido por aquella vez supprimir os cabos rebeldes, em quanto para o futuro se não tomassem mais justas e efficazes medidas. A supressão foi logo decretada e posta em practica da maneira seguinte:

Chamou-se o escriptivo da administração do concelho d'Aveiro ao palacio do governo civil, e ordenou-se-lhe que fosse intimar os dous cabos da Gafanha para virem á presença do governador civil. O negocio ficou expedido a altas horas da noite. Era impossivel fazer cumprir immediatamente o firman administrativo. O escriptivo executor teve pois ordem d'estar no logar da diligencia ao romper do dia. Houve-se com o seu zelo e prudencia costumada. Fez-se acompanhar d'um official d'administração e muito antes d'alvorecer batia á porta dos dous cabos de policia.

Apenas se vio com elles, mostrou-lhes uma intimação escripta do governador civil e fez que lh'a assignassem. Acrescentou por sua conta algumas admoestações sobre os deveres d'inteira obediencia das auctoridades em materia d'eleições, e auzentou-se levando em sua companhia um agente eleitoral do maior prestigio e confiança, que viera com elle e cujo auxilio era de todo escuzado — naquella empreza, porque o escriptivo do administrador d'Aveiro pôde tudo.

O codigo administrativo apenas soube deste procedimento do governador civil começou a gritar aqui d'el-rei contra elle. A Gafanha pertence ao concelho d'lhavo, e não devia fazer-se n'aquella concelho acto de jurisdicção ordinaria senão por via do administrador respectivo. A intimação era feita directamente em nome do governador civil, e abaixo dos governadores civis ha as auctoridades subalternas a quem compete por lei fazer estas e outras diligencias. Finalmente a intimação não foi feita dentro das horas prescriptas para estes actos de justiça, e os cabos de policia foram sobresaltados por um simples aviso para comparecer como se fossem chamados para algum serviço d'alta importancia.

Nas crises graves são precisas medidas fortes e os homens de grande animo não se deixam prender de formulas quando se tracta de salvar a patria. E disto se tractava neste caso, porque a patria para os sfios conselheiros do governador civil é a satisfação dos seus caprichos, e o do-

minio d'um corrilho inepto e sem valia social.

Em quanto estas cousas se passavam ia-se levantando o dia, e os electores de toda a parte pondo-se a caminho para a igreja d'lhavo, onde era a assembleia eleitoral.

A mesa constituiu-se legal e regularmente sem haver reclamação alguma. Os trabalhos começaram na maior ordem.

A eleição logo se mostrou mal parada para os desordeiros. Computando o numero dos electores que afluíam á urna por cada uma das duas parcialidades opposentes, agouraram o resultado do escrutinio.

A medida que lhes foram fugindo as probabilidades da victoria foram lançando na igreja alguns agentes de perturbação que tinham congregado e disposto para tumultuar, e baralhar a assembleia, impossibilitar a continuação dos actos electoraes e frustrar a eleição.

O regedor de parochia era um dos mais exaltados agentes da eleição, e a sua casa fica contigua á igreja onde era a assembleia eleitoral. Por este motivo estrategico a habitação da auctoridade parochial foi escolhida para estacionar n'ella a reserva do grande exercito dos agitadores. Esta reserva compunha-se dos marujos d'um navio pertencente ao enteado do mesmo regedor.

Como estes marujos entravam na batalha eleitoral rompendo a intervallos pela igreja dentro em altas vozerias, e fazendo sortes alcidicas, havia o maior cuidado em entreter nelles o espirito guerreiro com largas e successivas libações, a ponto que perderam toda a disciplina, e medida, practicando os maiores excessos, e descomposturas.

Os electores fizeram abortar todo este plano d'anarchia, continuando com o maior socego nos trabalhos electoraes, e oppondo a maior impossibilidade áquelles insupportaveis desconcertos.

Já a tarde ia em meio, e ainda não tinham conseguido dispersar a assembleia. O acto eleitoral progredia, e a derrota ia apparecer. Então carregaram mais a pilha desordeira, a ver se se realisava a explosão. O regedor de parochia sem mais que, nem para que, n'um subido accesso d'enthusiasmo d'entre os collegas gritou — *Viva lhavo! Fora a Vista Alegre!*

O administrador do concelho, esturgidos os ouvidos com aquella descomposta grita, disse para o lado — *Parece mais espirito de vinho, do que de patriotismo.* Estas palavras irritaram o regedor mal repousado ainda do seu impeto odioso e absurdo, e parece que alli mesmo se despedira do serviço administrativo ficando, portanto, fóra da obediencia do administrador, que segundo o que disse, não podia confiar muito nelle.

E que quererá dizer fóra os da Vista Alegre? Fóra de donde? Da igreja, não, que são os da Vista Alegre pelo menos tão christãos e catholicos como o regedor d'lhavo. Da assembleia eleitoral, não, que os que lá estavam eram cidadãos recenciados, obreiros, e proprietarios, que contribuem para o estado com imposto legal, e para o fomento economico do paiz com o seu trabalho e com o emprego da sua renda. Da villa, não, que a gente da Vista Alegre é muniçipe do concelho d'lhavo, e portanto tem direito como as demais povoações do mesmo concelho a estar na capital d'elle, e ali tomar parte em todos os negocios e festas communs.

E para que queria aquella regedor de parochia pôr fóra d'lhavo a Vista Alegre? Que vantagem vinha áquella villa d'um semelhante ostracismo? A Vista Alegre é uma fabrica. Alem dos obreiros technicos, muitos dos quaes são da villa, e nella moram, ganham alli por vezes pão muitos trabalhadores. Os salarios dos artifices alli são gastos, e perseguir os consummidores é fomentar a miseria, e declarar guerra á riqueza.

Se houvessem umas poucas de fabricas, que podessem ser mudadas d'um sitio para outro á vontade de quem quer que fosse, veriamos como cidades villas e aldeias se disputavam a vantagem de as ter junto a si, e de lhes dar fóros de visinhança. O regedor d'lhavo, talvez quizesse então que lhe conservassem ali aquella peste da Vista Alegre que agora quer fóra de villa, e termo, e que por experiencia sabe que não mata.

Estava proxima a noite, a urna ia encerrar-se, e os desordeiros bem sabiam, que ella encerrava a condemnação dos seus manejos, e das suas escolhas. O acto legal ia caminhando para a sua consummação, e pareciam gastos todos os expedientes tumultuarios.

Lá estava porém, escondido entre a multi-

dão um denodado patriota, que acudio á causa sancta e desgraçada com um lance heroico e estupendo. Metteu-se debaixo da mesa, e derrubou-a a ella, e ás urnas. Outro cidadão atalhou aquelle atrevimento repondo tudo em seu logar e ordem.

A assembleia era assaz numerosa, e presenciou todos estes desacatos, desaggravando-se delles com pôr toda a preserverança, e cuidado em levar ao cabo o acto eleitoral.

E assim se fez, porque, cumpridas todas as prescripções da lei, as urnas foram lacradas, e guardadas no mais recondito da igreja.

Quando, findo o acto eleitoral por este primeiro dia, a mesa sahiu para o adro da igreja, os desordeiros levantaram grande gritaria, entremecendo morras com vivas, e dando mostras de intenção mais seriamente contrarias á tranquillidade publica. O administrador resolveu mandar o escriptivo de fazenda a Aveiro requisitar força armada, mas vendo logo depois que os tumultos não progrediam, enviou novo emissario com contra-aviso.

Estes dois emissarios encontraram-se em Aveiro, e na volta receberam nas Arribas uma descarga de quartos e ballas, de que escaparam milagrosamente.

No dia immediato continuaram os trabalhos electoraes na maior ordem e regularidade. Receberam-se listas, e a final procedeu-se ao escrutinio. Quando foi encerrado na hora competente, o estado da eleição era o seguinte: — a nossa lista tinha 245 votos. A dos contrarios 37. Ficavam por escrutinar 192 listas. A eleição estava de facto perdida para os trabuqueiros, mas elles não estavam ainda resolvidos a submitter-se ao voto publico. Tinham decretado que queriam uma camara sua, e não se contentavam com menos.

As urnas foram reconduzidas com as mesmas precauções e garantias ao local onde tinham sido guardadas a noite passada, para no dia seguinte dar fim á eleição.

Nos dias porém em que iam correndo es actos electoraes foram-se amuando os conciliabulos, e n'elles iam sendo propostos arbitrios para em todo o caso evitar a derrota tão terrivel como inevitavel. O extremo, o mais cobarde, o mais bregeiro, e o mais sacrilego obteve approvação, e foi posto em practica.

A urna foi roubada, e todos os papeis que ella continha queimados.

As circumstancia que acompanharam este roubo são já conhecidas. Foram arrombadas as portas da igreja umas apoz outras, envadiram a capella do Sacramento. Houve profanação e desacato.

E que crimes deixaria de praticar esta gente sem freio moral, senhores da auctoridade publica, soprados d'um orgulho stulto, e phanatisados da sua phantastica importancia!

Como foram subindo de ponto a devassidão e o descaramento? Como se vê a auctoridade publica submissa a influencias degradantes, seguir com a sua complacencia, e cobrir com a sua egide estes vilissimos manejos, estes criminosos commettimentos?

Primeiro: o plano d'uma eleição violentada, formado e concertado com sciencia da auctoridade publica.

Segundo: este plano começado a executar com o auxilio d'ella, ultra-official, e ultra-officioso.

Depois o acto eleitoral perturbado com tumultos repetidos, e com vozes d'odio e d'extermínio, para certas pessoas, certas povoações, e certas classes.

Sobre isto embuscadas aos emissarios da auctoridade publica, e descargas sobre elles.

Finalmente o arrombamento da igreja, e a destruição dos documentos electoraes, simultaneo desacato á religião e á liberdade.

Pedimos desculpa de termos sido tão longos, mas a nossa prolixidade foi intencional. Contámos com minucia as occurrencias electoraes de lhavo, porque queremos que o publico parando com a sua attenção em cada uma, veja por ellas como tem lavrado entre nós esta corrupção solapada, a que com singular boa fé, ou quem sabe, com refalsada malicia, chamamos paz e tolerancia, e para que antevijamos todos a que extremos de decadencia moral e civil poderemos chegar, se respeitadas as liberdades publicas, e mesmo protegido amplamente o seu exercicio não estabelecermos o temor das leis, e o imperio da consciencia, conjurando-se legalmente todos os cidadãos honrados para dar ao paiz governo, que comprehenda estas necessidades, e que as satisfaga pelos seus meios constitucionaes.

A maioria illustrada, e grande numero de habitantes do concelho de Agueda, representaram a sua magestade a necessidade instante de ser exonerado o sr. João Ribeiro da Rosa Magalhães do emprego de administrador que exercia naquellaquelle concelho.

O sr. João Ribeiro por tal modo se tem havido, já como homem, já como funcionario publico, e tem concitado tanta malquerença dos povos contra si, que não é possível a sua conservação. Em quanto elle for administrador daquelle concelho, já não pôde deixar de haver uma guerra de inimigos irreconciliaveis entre elle e os seus administrados. E' o que acontece sempre com as autoridades diurnas, quando nellas se acham investidos homens que não sabem temperar a ambição, e o orgulho.

O sr. João Ribeiro não tinha importancia quando pela primeira vez foi nomeado administrador do concelho de Agueda. Conhecedor do que valia então, e anciando a sua conservação, o sr. João Ribeiro foi auctoridade que podia ser tolerada.

Não tardou porém muito a apparecer a sua indole audaciosa, e prepotente; e desde logo se reconheceu que as suas aspirações não eram outras, senão exercer pelo terror um absoluto poder sobre o concelho. Servio admiravelmente a seus intuitos a criação de batalhões nacionaes em algumas terras do reino. A força armada, e a obediencia militar, coadunavam-se á sujeição que elle exigia de seus administrados.

O sr. João Ribeiro offereceu-se logo ao governo para organizar um batalhão no concelho de Agueda.

Poz mesmo alto empenho em que esta concessão se lhe fizesse. Creou-se pois um batalhão nacional em Agueda, e foi nomeado seu commandante o sr. João Ribeiro.

E' certo que nenhum feito d'armas, ou mesmo algum importante serviço deveu o publico áquelle batalhão, mas tambem é certo que o sr. João Ribeiro, armando e arregimentando os povos do seu concelho, chegou ao fito de suas aspirações. Substituiu a liberdade civica pela obediencia do soldado, as medidas policiaes do magistrado pelos castigos da disciplina; não havia mais administrador do concelho, e só o commandante de um batalhão armado.

Os povos de Agueda nunca poderão deslembrar os incommodos, e despezas causadas pelo capricho vaidoso, ou antes pela ambição do sr. João Ribeiro.

Um dos principaes deveres dos administradores é cooperar com todas as suas forças para a prosperidade dos concelhos que administram.

Mas o sr. João Ribeiro entendeu que não havia maior ventura para os seus administrados, do que fazer delles um batalhão armado: pediu, e alcançou do governo esta graça, cuja memoria ficou sempre indelevel no animo dos povos.

Correram os tempos, e o batalhão dissolveu-se; porém o chefe que saboreou as delicias do commando, não pôde resignar-se nunca a comprehender os deveres de administrador do concelho.

A sua administração tem sido sempre muito mais militar do que civil; a prepotencia e o terror quasi exclusivas bases de sua auctoridade.

Transbordou porém a taça dos soffrimentos daquelle povo, e chegou até ao governo o grito da desordem que lavra no concelho de Agueda, e da encarnizada lucta que se está ferindo entre o sr. João Ribeiro, e todas as pessoas illustradas e povos do concelho, que têm podido descativar-se da pressão do terror que sobre elles tem exercido.

O governo felizmente chegou a convencer-se de que era urgente exonerar e substituir o sr. João Ribeiro, e temos certeza de que vai ordenar ao senhor governador civil d'este districto, que faça proposta de um individuo apto para substituí-lo, que seja estranho e indifferente ás ambições do sr. João Ribeiro, e ás indisposições que contra elle nutrem os povos.

Não sabemos escrever senão o que sentimos. A deliberação do governo não podia ser outra; não podemos por isso deixar de louvalo. No meio da excitação d'animos, em que se acha o concelho, é indispensavel que um homem intelligente, e honesto, e sem motivos que o prendam a algum partido do concelho, seja collocado á frente da sua administração.

Aquella deliberação do governo soube-a logo o sr. João Ribeiro, e não podendo supportar a idéa de ser em pouco tempo o alvo até desses mesmos odios que ainda soffoca o terror de sua auctoridade, e sendo-lhe por outro lado intoleravel a perda do predomínio que ha tantos annos exerce no concelho de Agueda, deu logo traças para que um *alter ego* o substituisse.

Tinha difficuldade na escolha; que para ella importava achar homem seu, e certo, que não soubesse, nem podesse faltar-lhe.

Mui de molde lhe veio elle.

Já por vezes neste jornal temos bradado contra o afforamento escandaloso feito pelo rvd.º Antonio José de Sousa Ribeiro de Figueiredo ao convento de Aronca de todos os predios que o mesmo convento possui no concelho de Estarreja, e que valem 8 ou 10 contos de reis. Este afforamento fez-se por uma penção annual correspondente ao capital de 500.000 reis!

Posto que o publico bradasse logo contra este roubo escandaloso, e as auctoridades o delatasssem ao governo, o sr. José Ribeiro de Figueiredo da villa de Agueda, sobrinho, e berdeiro presumptivo d'aquelle padre, com quem vive, foi logo a Estarreja tomar posse dos predios, solicitou do governo para o thio a remissão de um foro, tão enormissimamente lesivo para o mostei-

ro e para a fazenda publica, e tomou para valedor o sr. João Ribeiro, a fim de que por seus amigos obtivesse a confirmação do afforamento, e remissão do foro.

Consta publicamente que o sr. João Ribeiro lhe promettera fazer valer o afforamento, que importa uma expropriação de mais de 8 contos ao governo, e á fazenda nacional.

Já se vê que a dependencia em que está o sr. José Ribeiro do actual administrador de Agueda não pode deixar de actuar sobre elle uma cega subserviencia.

Não podia o sr. João Ribeiro achar outro que tão a seu contento o substituisse. Declarou aos que ainda reputa seus amigos que ia pedir a sua exhoneração, mas que de facto continuava a ser administrador do concelho, porque ia substituí-lo o sr. José Ribeiro de Figueiredo; pôz nisto toda a certeza, accrescentando que a proposta do sr. José Ribeiro ao governo estava já concertada, e pactuada com o sr. Basilio Cabral.

A imparcialidade obriga-nos a presumir calumnioso aquelle pacto. O sr. Basilio Cabral não é isento de defeitos na sua administração, e por mais de uma vez lhos temos apontado, que não é outra a nossa missão. Mas não desconsideramos o sr. Governador civil a ponto de suppormos que elle leve a sua condescendencia até mentir ao governo, declarando-lhe que o sr. José Ribeiro de Figueiredo, intimo amigo, acerrimo partidista, e tão dependente, como é, do sr. João Ribeiro, pôde ser o administrador do concelho imparcial, justiciero, e extranho a partidos, como o mesmo governo lhe ordenou que propoesse.

Não indicamos ninguém; mas o sr. governador civil que tem a responsabilidade da proposta, não pôde deixar de ser muito precatado, para não illudir-se por conselhos ou rogos de quem préza menos a reputação delle, do que o interesse proprio.

No estado de conflagração em que se acha o concelho, parece-nos que o sr. Basilio Cabral correrá grande perigo de errar, se não propozer e escolher individuo de fóra d'elle.

Desçiamos ter motivo para louvar s. ex.º pelo a certo da proposta.

Não podem hoje publicar-se, por chegarem tarde, uma exposição ao sr. governador civil feita por signatarios de Agueda, expondo-lhe as razões de inconveniencia para ser proposto o sr. José Ribeiro de Figueiredo para o logar de administrador d'aquelle concelho, e uma representação ao governo, adduzindo os mesmos motivos contra a sua nomeação.

EL-REI D. PEDRO V.

«O Nord, periodico de Bruxellas, e uma das folhas mais acreditadas que ao presente se publica, e que a imprensa estrangeira conceitua como defensor da liberal politica do actual imperador da Russia, dedica o seu artigo principal do dia 13 do corrente á dolorosa perda que Portugal soffreu na pessoa do seu muito amado soberano El-Rei o senhor D. Pedro V.

Se em momentos tão angustiosos pôde haver algum lenitivo, alguma quebra em mágoas tão profundas, é em pensar por instantes nas apreciações insuspeitas, que ácerca do nosso malogrado monarcha partem de todos os pontos.

Eis o artigo, que com certeza todos os portuguezes lerão com muito prazer, agradecendo á folha belga a parte que toma na sua justa saudade:

«A morte inesperada do Rei de Portugal é um successo que se reveste de caracter mui especialmente doloroso, em rasão das qualidades do joven soberano e do amor com que os seus subditos o rodeavam.

O Rei D. Pedro V havia succedido em 15 de novembro de 1853 a sua mãe, a Rainha D. Maria II. Nascêra aos 16 de setembro de 1837, e, por consequencia, contava apenas vinte e quatro annos.

Logo na sua exaltação ao throno portuguez, ao redor do qual o assizado liberalismo do pae de D. Maria tinha consolidado as instituições constitucionaes, o joven monarcha manifestou-se o que foi sempre. Leal, circumspecto, applicado aos seus deveres, fervoroso em instruir-se, offereceu desde o primeiro dia o exemplo do verdadeiro soberano constitucional. Possuido da iniciativa e do impulso do coração quando era preciso mostrar-se no conflicto, usou da sua prerogativa com aquelle tacto tão difficil que procede da inteira lealdade, e que conserva á individualidade do Rei todo o seu realce e o seu prestigio, deixando ao mesmo tempo ao mecanismo constitucional o seu livre movimento. Sobretudo, teve logo desde o começo essa grande fortuna e grande habilidade que consistem em tornar-se amado do seu povo, merecendo-lhe confiança. Mostrou assim evidentemente que na pratica sincera e cordal das instituições constitucionaes ha logar para uma união intima entre o povo e o soberano, e para a grandeza da nação e da monarchia.

Perante as declamações revolucionarias, que affiguras as monarchias como inimigas naturaes do povo, e das diffamações reaccionarias que insultam a consciencia dos povos, representando-os como adversarios natos das monarchias, é consolação para os animos moderados que procuram, como tambem nós, conciliar estes dous elementos que tantos factos e successos tendem a desunir; é consolação, repetimos, ter de indicar exemplos que atestem que os povos e as monarchias nada conteem, assim na sua essencia como em seus interesses, que seja hostil ou contrario.

Rebateremos sempre energicamente esta preoccupação, propagada por certa escola, da incompatibilidade da instituição monarchica com o bem-estar popular; mas pela mesma razão, não

cessaremos de lembrar aos soberanos que d'elles depende, e só d'elles, que a sua dynastia e o principio monarchico sejam amados dos seus povos.

Observai todas as revoluções que pozeram termo ao reinado de uma dynastia ou derribaram um regimen monarchico, e vêde se a primeira origem d'essas ruinas não deve ser imputada á cegueira ou ás preoccupações dos que estavam constituídos no governo, e que faltaram ás suas obrigações para com os seus povos e para consigo.

Desta verdade quereamos, especialmente, convencer os principes que são chamados ao throno de seus antepassados, e que, sendo ainda moços, podem encher a lacuna que existia na educação monarchica de seus predecessores e, por consequencia, nas relações do povo para com o soberano.

Por certo, e bem o sabemos, que os povos uma vez impellidos na carreira das revoluções commettem terriveis excessos; não é para absolvel-os, mas para evitar a repetição d'aquelles, que recordamos caber sempre a culpa aos que, tendo os meios de prevenir, não usaram da sua auctoridade senão para reprimir e quando já era tarde. Porventura não temos visto, não vemos ainda grandes nações, habituadas a amar, a venerar o soberano que sobre ellas reina, esperar da iniciativa deste a justiça e o progresso com paciencia e longaninidade, verdadeiramente meritorias e soffrer sem se queixarem as provocções e as decepções mais duras? Todas as nações, com pequenas differenças, tem passado por estes transees; e quando cansadas de esperar debalde, arrastadas ao extremo pela miseria moral e material, procuraram na arma fatal das revoluções a conquista do que necessitavam, quem foram os responsaveis desta desgraça, os governos que desattenderam as suas obrigações, ou os povos, em tregues finalmente aos conselhos da desesperação depois de haverem dado magnificos exemplos de confiança e de paciencia?

Estes factos são de todos os tempos. E, quando a par delles se apresenta um exemplo de sabedoria e de virtude governamentaes, nem será dever nosso exaltá-lo e insistir n'elle?

O Rei D. Pedro, como dissemos, estava penetrado das suas obrigações de soberano; por isso o seu povo se cobre de lucto e sente-se por essa morte terido nos seus mais intimos sentimentos.

Fiel na sua politica interna á constituição que havia jurado, e na externa zeloso do decoro nacional, de que foi opportunamente defensor energico, conformou todos os seus actos com os principios que tinha assimilado.

Não se esqueceu, como outros, de que, representando uma dynastia constitucional, devia estender a mão ás que procediam das mesmas origens; e quando alguns monarchas regateavam por muito tempo ao rei da Italia o reconhecimento e outros lho recusavam, não hesitou elle em ser um dos primeiros em dar ao seu paiz, no reino de Italia, um alliado natural e sympathico.

Os seus sentimentos de homem e de cidadão mediam pela altura do seu procedimento soberano. Todos se recordam da carta tão maviosa, tão digna e de uma dôr tão funda e communicativa, que lhe dietou a perda da sua querida esposa, a princeza Estiphania de Hohenzollern (1).

Nessas palavras tão humanas, tão nobremente resignadas, reconheceu-se a abnegação, as sinceras e fortes qualidades de um Rei, superior a todos os acontecimentos, em cujo coração, feliz ou lastimado, o seu povo tinha sempre lugar. A impressão que produziu esta admiravel carta foi universal, e não contribuiu pouco para a popularidade europêa que adquiriu o joven Principe.

Poucos tempos antes viram-no, durante a epidemia da febre amarella, que tão cruelmente devastou Lisboa, não se poupar em tomar parte nos perigos, e levar a toda a parte consolações.

Finalmente, as particularidades do prematuro termo de sua vida nol-o representam victima do amor fraterno, pois que desde o momento em que recebeu a noticia do fallecimento de seu irmão D. Fernando o seu estado piorou, a ponto de não dar esperanças.

Taes são os actos que tornam saudoso em subido grau um Rei que já tinha dado tantas provas de suas regias virtudes. Toda a Europa dynastica e nacional acompanhará na sua dôr a nobre nação portugueza.

O duque do Porto, hoje Rei de Portugal, soube a noticia do obito de seu irmão e soberano em viagem para Lisboa, onde o chamára a toda a pressa a morte do infante D. Fernando.

O joven principe apresentará no throno de Portugal as mesmas disposições graves, e a mesma lealdade de seu irmão, fazendo nós ardentes votos, com todos os amigos da monarchia e da liberdade, para que o novo soberano de Portugal siga exactamente essa senda, que foi a traçada pelo Rei D. Pedro na sua breve carreira.

(Diario de Lisboa.)

Com a devida venia transcrevemos da *Revolução de Setembro* a poesia que abaixo se segue:

PELO REI

Escuta-se, a espaços, troando funéreo
No mar, e na terra, guerreiro câmbio,
Dos templos as torres mil sons despedindo,
Mil vozes sentidas de triste pregão.

(1) Esta carta que o «Nord», n'uma nota publica na sua integra, é a que o finado Rei dirigiu, por tão fatal occasião, ao duque da Terceira, então presidente do conselho de ministros, agradecendo ao povo e ás corporações a parte que haviam tomado na sua dôr.

Mais baixas fluctuam altivas bandeiras,
Agora, em seus topos, içadas a meio.
As armas s'inclinam, de magua e respeito,
As musicas tangem sentido floreo.

Já nobres e povo traduzem accordes,
Nos trages, que vestem, do luto na côr,
Commum sentimento, que a todos opprime,
Que em todos, no peito, lhes punge egual dor.

É funebre a scena: seu fausto pregão:
—Mais um potentado, que a morte contára—
A voz da verdade, nos paços mal entra,
E a do desengano, que facil entrára!

Grandesa, opulencia, poder, gerarchia,
Gentil mocidade, saber, discrição;
O roble gigante, que ao mundo faz pasmo,
Da morte, derriba-o subtil viração!...

II

Ai, que dôr d'alma, é vel-o já sem vida,
Mancebo, que era a flor de juventude,
E sasonado pomo de virtude.

Rei, que—o dar-se a querer, tinha por timbre,
De todo o extremo, já na cortezia,
Nas praticas do bem, que só fazia.

Rei—verdadeiro rei de portuguezes.
Seu regio manto, a todos estendia,
Dividido—no peito elle os unia.

Se, apenas em botão, perfume exhala
A flor—oh, que será quando expandida?
Ai! que dôr d'alma é vel-o já sem vida.

Sem vida, não: que o lustre da virtude
Aviva-se não morre no ataúde.

III

Contarão d'idade a idade,
Como um rei, inda creança,
As reedas da governança
Tomára, com tal acerto,
Que pasmava—mas é certo.
Rei, que Pedro se chamava
Justiceiro, e não temido,
Chamavam-lhe antes—querido.
E era tributo devido.

Que, o bom rei, sendo tão novo,
Podia servir d'espelho,
De bem viver, e conselho,
A muitos: nobres, e povo.
E o povo, que mal s'engana,
Chamava-lhe—anjo innocente.
Sempre afavel, complacente,
O povo, que tal o via,
E via as nobres acções,
Que o rei, d'outras não fazia,
Cada vez mais lhe queria.

—Depois, um dia—mais tarde,
Vel-a a nobre capital
Do rei, sede principal,
Que toda, em contagio arde.
Terror, e morte s'espallham,
O amigo deixa o amigo,
Cada qual procura abrigo,
Foge do fatal perigo.

Eis—como em noite de trevas,
Quando rompe a escuridão,
E s'espalha n'amplidão,
Meiga, apetecida lua,
Animando a natureza,
Já vestida da luz sua:

Desce de seu throno augusto,
Corre, onde abrasa o flagello,
Arrisca a vida, sem susto,
Rei, no valor, no desvelo.
Rei—gigante de coragem,
Por entre cruel voragem;
No leito d'angustia e dôr,
Do ceu, anjo velador!

—E d'aqui o povo então
Creou tal amor ao rei,
Um amor, como não sei.
Sei, que o povo, em gratidão,
O throno, que era no paço,
Pôl-o sobre o coração.

—E assim iam, rei e povo,
Conformes no seu amor;
Um a outro respondendo,
Fosse praser, fosse dôr.
O rei casava... —e casou.
Nas alegrias, ao rei

Logo o povo acompanhou,
E a esposa lhe adorou.
Que... por dizel-o tambem,
Ella—a rainha, era um anjo.
Morria por fazer bem,
E um agrado, uma lhanesa,
Tão livre de todo o véo...

Era uma esposa do ceu...
E que cedo lá voltou!
E triste, sem companheira,
Como triste o rei ficou.
Que, o povo sempre fiel,
Tambem, logo o acompanhou
Naquelle trance cruel;
Mas o rei—daquelle dia,
Nunca mais teve alegria.

Contam, que sempre trazia,
Como, nódoa em diamante,
Um reflexo no semblante,
De seu occulto pesar.
Parece, que ouvia a esposa
Do ceu por elle a chamar!
Ouvira, que não ouvira,
Bem pouco tempo correu,
Que, a povo e rei não viesse
O peor, que succedeu.
—Passa a campos d'Alemtejo,
Dois irmãos, por companheiros,

O rei, quasi sem cortejo.
Distrahir-se... vac caçar;
Varias terras do seu reino,
De caminho a visitar.
Corre tudo ao natural,
Eis na volta,—rei, infantes
Enfermam do mesmo mal.
Dos infantes, o mais velho,
A vida que dava fim,
E o triste do rei—coitado,
Ao vel-o morrer assim,
A's vozes tres, que o chamavam
De mãe, d'esposa, d'irmão;
Vozes de maior affecto,
Que fallam ao coração,
Eil-o corre, sem tardança,
Voa á bemaventurança!

—Agora dizer cabia,
Como de seu rei querido
A morte o povo carpia.
Os signaes d'alto respeito,
D'esse puro amor antigo,
Entre povo, e rei amigo:
Mas, do ceo cheio d'estrellas,
De viva luz a brilhar,
Quem as viu, que só por vél-as,
Nol'as podesse contar?
—Houve luto verdadeiro:
A magoa d'um povo inteiro!

Quem manchára jámais de vil incenso
A lyra, embora rude;
Póde hoje vir affeito, ante o rei d'hontem
Exaltar-lhe a virtude.

Luz—J. da C. Cascaes.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Legação de Portugal em Berlin.—N.º 45—
Hlm.º e exm.º sr. — O telegramma que v. ex.º
me enviou na noite infesta de 11 do corrente,
veiu, ainda mal, confirmar os tristes presentimen-
tos que os dois precedentes despachos me tinham
inspirado. Deus não escutou as preces de um po-
vo inteiro, chamou para si o mais virtuoso dos
principes.

A consternação do paiz que perdeu tal rei
posso avaliar-a vendo a impressão que aqui pro-
duziu a noticia da sua morte. A elevada intelli-
gencia, a nobre coragem, o amor ao seu povo, o
respeito ás intuições da monarchia, de que o sr.
D. Pedro V tão acrisoladas provas dera, não lhe
captivaram sómente o coração dos portuguezes,
deram brado na Europa que nos invejava o nosso
rei. O povo prussiano que o admirára durante a
visita de S. M. a esta côrte, que fizera votos pe-
la felidade do seu consorcio com a bella e mal-
fadada princeza de Hohenzollern, que o acompa-
nhára n'uma das mais cruéis provações de sua
curta vida, sentiu mais profundamente o espanto
e a dôr que em todos terá produzido morte tão
prematura.

Como a sentiu a familia real da Prussia,
actualmente em Breslau, julgal-o ha v. ex.º, sa-
bendo que SS. AA. a princeza real e o principe
Carlos da Prussia logo na manhã do dia 12 me
mandaram dar os pezames, a senhora princeza
por um seu camarista, o principe por um ajudan-
te de campo. Do corpo diplomatico tenho rece-
bido as visitas do estylo; e o respeitoso tributo
que todos rendem á memoria do soberano que cho-
ro, que choramos todos, tem mitigado a dor vi-
vissima que, como fiel subdito e humilde servidor
de el-rei, tão profunda sinto.

A bemaventurança eterna, justo galardão de
uma vida tão cheia de tribulações como de vir-
tudes, será para o fallecido monarcha larga com-
pensatione pela perda da corôa; as qualidades emi-
nentes do principe seu successor asseguram á na-
ção orphã um futuro tranquillo e feliz; mas a
memoria de tão altos dotes de intelligencia e de
coração permanecerá—exemplo para futuros reis
—seculos após de seculos.

Digne-se v. ex.º aceitar os meus respeito-
sos pezames, e fazer-me a nêcê de beijar por
mim a mão de el-rei D. Luiz meu senhor.

Deus guarde a V. ex.º Berlin, 14 de novem-
bro de 1861.—Hlm.º e ex.º sr. conselheiro de
estado, Antonio José d'Avila.—Agostinho de Or-
nellas.

Legação de S. M. F. em Londres.—Hlm.º
e exm.º sr. — Inclusa tenho a honra de enviar a
v. ex.º a copia da resposta de lord Russell á
comunicação que no dia 12 do corrente lhe fiz
do fallecimento de S. M. F. o senhor D. Pedro
V, de saudossissima memoria.

S. M. a Rainha, sem esperar comunicação
alguma official, apenas recebeu a noticia da mor-
te do senhor D. Pedro V, ordenou que a sua
côrte tomasse lucto, e não tem S. M. britannica
cessado de dar provas publicas e particulares de
profundo sentimento.

Em todos, ou quasi todos os jornaes desta
capital tem sido reconhecidas as virtudes do nos-
so nunca assás chorado ultimo soberano.

Todos notam, com o devido elogio, o escru-
pulososo respeito com que S. M. F. manteve, du-
rante todo o seu reinado, o juramento que pre-
stou quando tomou as reedes do governo.

No incluso artigo do *Observer* de hoje nota-
rá v. ex.º a seguinte expressão, que eu considero
tão lisongeira para a memoria do senhor D. Pe-
dro V, como exacta: — «The sudden and prema-
ture death of Don Pedro the Fifth is a calamity
for Portugal and for Europe» — A consolação
que nos resta, e que póde mitigar a nossa dôr, é
o reconhecimento universal do que valia o nosso
fallecido soberano.

O telegramma que v. ex.º me dirigiu em 15
do corrente, annunciando-me a chegada a Lisboa
de S. M. F. o senhor rei D. Luiz I, e a de seu
irmão o serenissimo sr. infante D. João, veio li-
vram-me do grande cuidado em que me achava,
causado pela demora da viagem e tempestades
de que tinha noticia.

Deus conserve a preciosa vida de S. M. e a
de toda a real familia. Estes são os meus mais
ardentes votos, que v. ex.º me fará o favor de
levar á presença de S. M., renovando-lhe o meu
juramento de fidelidade e obediencia.

Deus guarde a v. ex.º — Londres 17 de no-
vembro de 1861. — Hlm.º e exm.º sr. Antonio
José d'Avila. — Conde de Lavradio. —

Por uma participação telegraphica recebida
de Paris consta, que no dia 25 do corrente fez
celebrar a legação de S. M. F. naquella côrte um
officio funebre pelo eterno descanso de El-Rei o
senhor D. Pedro V de saudossissima memoria, a
que assistiu todo o ministerio, o corpo diplomati-
co, e todos os portuguezes ali residentes, alem
de um grandissimo concurso de subditos fran-
cezes.

A absolvição foi dada pelo cardeal arcebispo
de Paris.

O imperador, a imperatriz, o principe Napo-
leão e a princeza Mathilde fizeram-se representar
naquelle acto, que foi executado com a maior so-
lemnidade e recolhimento.

NOTICIARIO

Pedido. — Sabe-se que o ex-recebedor do
concelho d'Ilhavo, José Moreira Barreirinha, ficou
alcançado para com o thesouro em uma forte quan-
tia muito superior á fiança; qual será a razão
porque ainda se não cumpriram as disposições da
lei com este ex-recebedor, compellindo-o a pagar o
que indevidamente retém em seu poder?

Esperamos a resposta do sr. delegado do
thesouro, e se virmos que nenhuma providencia
se tomou, desembulharemos nós esta meada, que
é curiosa.

Eleição-metrico-decimal. — A urna
que servio na eleição da camara do concelho de
Sever no dia 24 do corrente tinha o seguinte dis-
tico — CAMARA cinco litros.

Achamos pequena porção para um concelho
como o de Sever.

Chegada. — Chegaram no dia 23 a Lis-
boa no vapor *Tagus* lord Mathuen e o coronel
Sir F. Seymour, enviados extraordinarios de S.
M. a rainha Victoria, para darem os pezames á
familia real portugueza pela morte d'el-rei o sr.
D. Pedro V e de seu irmão o sr. D. Fernando.
Nas festas da aclamação d'el-rei o sr. D.
Luiz I, que devem celebrar-se depois de findo o
luto, será representada a côrte de Hespanha, em
missão extraordinaria pelo distincto general, e
não menos primoroso escriptor Rós de Olano.

Morte do padre Lacordaire. — Mor-
reu o padre Lacordaire, cuja grave molestia já
ha tempos aqui tinhamos noticiado.

Lacordaire tinha nascido em Reccy-sur-Our-
ce (departamento francez da Côte-d'or) a 22 de
maio de 1802, contava portanto 59 annos.

Estudou em Dijon, onde se distinguiu pelas
suas ideas *voltairianas*. Foi depois para Paris, e
ahi fez a sua estreia como advogado.

Em 1824 entrou no seminario de S. Sulpicio,
e tres annos depois estava padre. Foi esmol-
ler do collegio de Juilly, onde entrou a ter rela-
ções com Lamennais, de quem se tornou um dos
mais distinctos discipulos.

A revolução de 1830 encontrou-o esmol-
ler do collegio Henrique IV. Foi então um dos
redactores do *Futuro* (*L'avenir*). Chamado ao *Cour
d'assises* (em janeiro de 1831) por causa da au-
dacia das suas theorias, elle mesmo se foi defen-
der, conseguindo ser absolvido.

No mez de maio desse anno inaugurou um
curso na casa n.º 3 da rua das Bellas Artes,
em cuja porta fez escrever «Liberdade d'ensino.
Agencia geral pela defeza da liberdade religio-
sa. Escola gratuita.» Nesse curso teve por col-
lega, no professorado, mr. de Montalembert.

O discurso, que Lacordaire pronuncion na
sua inauguração, pareceu muito avançado nas
ideias, e tanto que, no dia seguinte, quando se
preparava para encetar os trabalhos, um commis-
sario de policia se apresentou a convidal-o para
despedir os seus discipulos, e viu-se obrigado a
empregar a força, porque o professor não lhe deu
resposta, e fez de conta, que ninguem se lhe
apresentára.

A escola foi fechada e o seu fundador con-
demnado, em policia correccional, a 200 francos
de multa, por ter aberto um curso sem permis-
são da auctoridade, e haver passado os limites
da liberdade d'ensino, outorgada pela carta.

Estas theorias, que os redactores do *Futuro*
apregoavam no seu jornal, fizeram impressão na
côrte pontificia, e provocaram a publicação da fa-
mosa encyclica de Gregorio XVI. Lamennais e
Lacordaire tiveram d'ir a Roma. Aquelle sahio
d'alli por convencer; este porem submetteu-se.

Foi então, que voltando a Paris, Lacordaire
começou a sua carreira d'orador sagrado, em que
subiu tão alto. As suas conferencias de 1834, e
de 1840, attrahiram a attenção geral, e grangea-
ram-lhe um nome europeu.

Em 1836 tinha feito segunda viagem a Ro-
ma, tomando o habito de dominicano a 6 d'abril
de 1840.

Por occasião da revolução de fevereiro, o no-
tavel pregador lembrou-se das suas antigas ideas
republicanas, e appareceu nos clubs de Paris,
foi nelles muito applaudido.

Enviado á constituinte pelo departamento
das Bocas do Rhodano, tomou lugar no alto da

Montanha. Subiu á tribuna, mas não foi muito
bem succedido.

Este vez decidiu-o a largar de todo a vida
politica, e demittiu-se a 15 de maio.

A 2 de fevereiro do anno passado de 1860,
tinha sido eleito membro da academia franceza,
para preencher o lugar de Tocqueville.

Deputação municipal. — A depu-
tação da exm.ª camara municipal, eleita para
dar os pezames em nome da cidade do Porto a
SS. MM. El-Rei D. Luiz I e El-Rei D. Fernan-
do, pelo infausto acontecimento da morte do cho-
rado monarcha o senhor D. Pedro V, composta
dos exm.ºs viscondes de Lagoaça, de Pereira Ma-
chado, e Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães,
—partiu para a capital na mala-posta, hontem
ás 7 horas da tarde.

Estavam na estação cerca de 200 cidadãos
para cumprimentarem estes cavalheiros, e dar-
lhes as suas despedidas, mostrando todos o de-
vido reconhecimento pelo sacrificio d'esta viagem,
que fazem para irem cumprir uma missão, que
toda a cidade applaude, como indicadora do gran-
de sentimento de pezar de que está dominada.

Nomeações. — Por decretos de 21 do
corrente, foram nomeados delegados da inspecção
geral dos theatros os seguintes srs.: — no distric-
to d'Aveiro, Agostinho Duarte Pinheiro e Silva.
No da Guarda, Francisco Soares Franco Ju-
nior.

No de Vizeu, José Barbosa de Carvalho.
No de Vianna do Castello, José Affonso Es-
pergueira.

No de Santarem, Julião Casimiro Ferreira.
No de Coimbra, Olympio Nicolau Ruy Fer-
nandes.

Descobrimto notavel. — Segundo
conta a *Presse Scientifique* a sciencia acaba de
enriquecer-se com uma nova conquista devida aos
distinctos sabios allemães mrs. Bunsen e Kirch-
koff com o descobrimto admiravel de dois novos
metaes. O methodo empregado por estes dois chi-
micos é de tal natureza, que deposita nas mãos
dos sabios os meios para conhecer com segurança
a composição chimica do sol e das estrellas. Os
descobrimtos de Arago sobre a polarização tin-
ham permitido adquirir noticias positivas da
constituição phisica das athmosferas solares e
planetarias, como o demonstra um notavel artigo
de mr. Dumas publicado no *Monitor*; porém hoje
poder-se-ha chegar ainda mais longe no conheci-
mento do universo, graças ao surpreendente de-
scobrimto de mrs. Bunsen e Kirchkloff. O gover-
no francez acaba de pagar um justo tributo a tão
eminentes sabios allemães, condecorando-os com a
legião de honra.

Incendio no mar. — No dia 25 do cor-
rente, ás 9 horas e meia da noite, manifestou-se
um incendio a bordo da galera americana *Coryn-
thiaan*.

Este navio havia entrado no dia 28 do mez
passado, arribado com agua aberta, carregado
de carvão de pedra, procedente de Cardiff, e
commandado pelo capitão S. Seweeter. A maior
parte da carga, mil toneladas, estava já em ter-
ra, e era destinada para Alicante.

A galera *Corynthiaan* ardeu toda. Quando
o fogo se manifestou, e a tripulação pediu soc-
corros, partiram estes da Alfandega, do Arsenal
da Marinha, e de varios navios de guerra nacio-
naes e estrangeiros.

Todavia, quando chegaram á galera, já um
escaler do contrato do tabaco ahi se achava, e
havia recebido a bordo o guarda da Alfandega.
A guarnição do escaler entrou na galera, e ajun-
dou a tripulação a salvar a sua bagagem, e mais
alguns objectos, transportando-os para a lancha
do navio.

Tentaram depois os escaleres do Arsenal re-
bocar a galera para terra, mas, em consequencia
de não encontrarem os chicotes das amarras, não
conseguiram arrancar-a do lugar onde fundeára.

Ás cinco horas da manhã uma lancha do
arsenal que levava uma peça de artilheria á prôa,
começou a fazer fogo sobre a galera para a sub-
mergir. Depois, mais tarde, quando o vapor *Min-
dello* chegou, dirigiu-lhe também alguns tiros;
mas, segundo parece, nenhuma balla batteu ao
lume d'agua.

A galera continuou a arder até ás 3 horas da
tarde. Foi então que se afundou. Estava ancora-
da de frente do sitio chamado do *Calvario*, e era
do lote de 1400 toneladas.

É necessario agora que a policia do porto
não demore por muito tempo a retirada da amar-
ração da galera. Se ali continuar, póde causar
muitos prejuizos aos navios que fundearem no
mesmo sitio.

Naufragio. — Por participação do dire-
ctor da alfandega da cidade de Ponta Delgada
consta que, achando-se fundeada no porto daquel-
la cidade a escuna portugueza *Rainha dos Ago-
res*, do lote de 140 toneladas, capitão Domingos
Martins, procedente da ilha de Cuba, com car-
regamento de melação, agardente e assucar, e ten-
do começado a sua descarga, depois de uma qua-
rentena de observação, sobreveio, no dia 12 de
outubro ultimo, um forte temporal em consequen-
cia do qual naufragou a dita escuna, perdendo-se
a carga que estava a bordo. Tanto o navio como
os objectos que se haviam descarregado, foram
no mesmo dia arrematados a requerimento dos
proprietarios e do agente do seguro de Lloyds, in-
tervindo o ministerio publico.

Brigue Conde. — No *Diario* de 24 do
corrente vem o seguinte officio, contendo os por-
menores do naufragio daquelle navio:
Por officio do encarregado do consulado de
Portugal em Liverpool, datado de 25 de outubro
ultimo, consta terem chegado áquelle porto dois
marinheiros pertencentes ao brigue portuguez
Conde.

Para conhecimento de quem convier se faz
publicar a parte do referido officio, em que se en-
contram alguns pormenores sobre o abandono da-
quelle navio:

«No dia 21 do corrente mez apresentou-se
neste consulado o capitão J. O Johannesen do
brigue norueguez *R. Wold & Huitfeldt*, vindo
de Lagos (costa occidental da Africa), e o consi-
gnatario do mesmo navio, mr. Foyn, negociante
norueguez nesta praça, dando o capitão parte de
ter encontrado no dia 4 de outubro, em latitude
36º e longitude 19º, o brigue portuguez *Conde*,
sem leme, etc., tendo a bordo só dois homens,
os quaes elle tomára, assim como os papeis do
navio, tres bahús com roupa, etc., pertencentes
ao capitão e piloto, um chronometro e mais al-
guns objectos. Também salvou trezentos couros,
pouco mais ou menos, e duas vélas, não podendo
tripular o navio por achar-se quasi toda a sua
gente com febre. Mandei logo tomar conta dos
dois marinheiros, e informando-me delles do acon-
tecido, soube que do brigue portuguez *Conde* é
proprietario Manoel José de Conde, residente na
Bahia (Brazil), donde saíra no dia 17 de agosto
passado com destino ao Porto e escala por Lisboa,
trazendo a seguinte carga segundo o manifesto:

201 caixas com assucar;
432 sacas com dito;
6 barricas com dito;
2:979 couros seccos e salgados; e
11 pessoas de tripolação.

Achando-se os dois marinheiros na camara
do navio, para objecto do serviço, ouviram gritar
e correram logo ao convés, porém, infeliz-
mente, já não encontraram pessoa alguma. Um
grande golpe de mar tinha varrido tudo do mes-
mo; e assim falleceram nove pessoas, inclusive o capi-
tão. Os seus nomes são os seguintes, tirados da
matricula:

Capitão, José Riquezo, S. Martinho, 32 an-
nos, casado, filho de Antonio Riquezo.

Piloto, Manoel Pereira Setieiro, S. Marti-
nho, 47 annos, casado, filho de José Pereira Se-
tieiro.

Marinheiro, Joaquim Pereira, Venda dos
Frades, 33 annos, casado, filho de Antonio Pe-
reira.

Marinheiro, José Rocha, Alfeizeirão, 23 an-
nos, casado, filho de Antonio Rocha.

Moço, João da Silva, Alfeizeirão, 20 annos,
solteiro, filho de Joaquim da Silva.

Moço, João Daniel, Ericeira, 20 annos, sol-
teiro, filho de Francisco Vicente.

Moço, Victorino Pereira, Alfeizeirão, 21 an-
nos, solteiro, filho de Paulino Pereira.

Moço, Joaquim Riquezo, Famacião, 20 an-
nos, solteiro, filho de Joaquim Riquezo.

Moço, Constantino Nunes, Salir do Porto,
20 annos, solteiro, filho de Antonio Nunes.

Sendo os que se salvaram: o

Cosinheiro, Anacleto Francisco de Sales,
Cascaes, 26 annos, solteiro; e o

Despenseiro, Manoel Riquezo, S. Martinho,
30 annos, casado.

Este ultimo irmão do capitão.

Synopse nechrologica. — Persona-
gens, e altos funcionarios, que falleceram em Por-
tugal durante o ultimo reinado — 1856 a 1861:

Um rei.

Uma rainha.

Um infante.

Uma infanta.

Dois ministros d'estado effectivos—Trinta e
sete pares do reino, incluindo um presidente, e
um vice-presidente—Dois cardeaes—Trez arcebis-
pos—Trez bispos—Um duque—Trez duquezas—
Um marquês—Trez marquezas—Doze condes—
Sete viscondes com grandeza—Quinze ministros
d'estado honorarios—Oito conselheiros d'estado—
Cinco conselheiros do supremo tribunal de justiça
—Um marechal do exercito—Um almirante—Dois
vice-almirantes—Um chefe d'esquadra.—Nove ten-
entes generaes—Dois chefes de divisão—Dez
marechaes de campo.

Deputado. — Foi eleito deputado pela Ter-
ceira, o snr. dr. José Menezes Toste.

Partida. — Partiu, effectivamente, hontem
para Lisboa a deputação que a exm.ª camara do
Porto nomeou para ir dar os pezames a el-rei o
senhor D. Luiz I, e a seu augusto pae el-rei o sr.
D. Fernando, pela morte do senhor D. Pedro V,
de saudossissima memoria.

Commissão. — Estando aterrados os ani-
mos populares na comarca de Rezende, diz o *Di-
ario do Povo*, por causa do novo sistema tribu-
tario, o snr. delegado do thesouro d'este districto
encarregou o snr. Antonio Correa de Noronha e
Vasconcellos, escriptor de fazenda em Sinfães, de
examinar o estado de serviço das novas matrizes,
feito na repartição de fazenda d'aquella camara.

Ao zelo, diligencia e delicadesa com que este
habil empregado desempenha tam difficil en-
cargos se deve o socego do povo de Rezende, e o
termino dos seus rancores contra o respectivo es-
criptor de fazenda.

O snr. delegado do thesouro d'este districto,
escolheu um empregado tam honesto quanto ha-
bil.

Camara municipal de Sinfães. —
Apurou se em Sinfães a lista para a camara que ha
de servir no biennio de 1862 a 1864 A camara ficou
composta dos snrs. dr. Manoel Pinto de Vascon-
cellos, Thadeu Luiz d'Amaral, José Pinto da Silva
Tameirão, Antonio Campello Pinto, Manoel Ber-
nardo Bruchada, Antonio de Rezende da Silva
Figueiredo, José Pereira de Rezende.

Braços inuteis. — Um periódico francez
dá conta de que a Austria, Prussia, França, Ingla-
terra, Dinamarca, Suecia, Hespanha, Portugal e
Italia sustentam exercitos, que reñem 3.771:760
homens. O que custam e o que deixam de fazer,
avalia-o em 300.000:000 de libras esterlinas, que

fomentariam immensamente a prosperidade destes estados. Omittiu a Confederação Germanica, Suissa, Hollanda, Belgica e Turquia, que tambem sustentam improductivamente exercitos numerosos.

Transferencia. — Foi transferido desta comarca para a de Montemor o sr. juiz de direito Agostinho Joaquim d'Oliveira Coelho, por não lhe competir ainda como juiz da 2.ª classe uma Comarca da primeira, como é Aveiro.

Esta transferencia tem sido sentida por quantos presam a recta administração da justiça, porque o sr. Coelho nas suas decisões não conhecia empenhos, não tinha outro guia senão a sua consciencia. Nas causas crimes, quando applicava a pena, conhecia-se que punia por dever, mas que lhe doia no coração o castigo que dava.

Aveiro perde um homem excellente, e um magistrado dignissimo: oxala que os povos da Comarca de Montemor apreciem como devem as qualidades do seu novo juiz.

Eleições municipais. — No concelho da Feira foram eleitos os cidadãos, Fansto da Veiga Campos, Antonio Soares Barbosa da Cunha, Manoel José de Moura, Domingos Pereira de Sá, Antonio de Castro Cerveira Costa Cabral, Manoel Pinto d'Almeida com 2:027 votos e José Moreira Pinto com 2:017. O concelho tem 3379 votantes, dos quaes concorreram á urna 2:027 nas diversas assembleas: houve por tanto unanimidade nos seis primeiros, que mereceram a honra da reeleição. E não podia deixar de ser assim, por que em nenhum concelho do districto as camaras tem tratado dos seus melhoramentos como a da Feira; por toda a parte se vêem obras de muito custo e de reconhecida utilidade; é completa a transformação do concelho, como o confessam os proprios adversarios. Honra seja aos eleitores que souberam reconhecer tão valiosos serviços.

Perda para as letras. — O mundo scientifico acaba de perder em Pariz um dos sábios que mais o honrava: referimo-nos a Isodoro Geoffroy Saint-Hilaire, que falleceu no dia 10.

A elle se devia a fundação da sociedade imperial zoologica e defaclamatação. Só contava 54 annos.

Duas aventuras. — Transcrevemos do *Transtano*, a seguinte noticia:

O nome de Pontalba tem feito grande barulho nestes ultimos mezes, e por isso julgamos interessante publicar uma anecdota, que nos contaram como origem da grande fortuna desta familia.

No reinado de Luiz XV um joven official, que servia em um regimento, condecorado com a *Real Gravata* (a gravata da bandeira era um presente pessoal do rei) achando-se em um baile, teve controversia com um joven creoulo das Antilhas, o qual lhe pespegou uma bofetada. Convidou-o immediatamente a puxar da espada, ficando o duello aprazado para o dia seguinte. Chegada a hora, o americano não appareceu. O brioso Pontalba soube, com grande magoa, que o seu offensor tinha surrateramente partido para Bourdeaux durante a noute, evadindo-se assim ao castigo que provocára, e justamente merecia.

Furioso pela situação que esta fuga lhe occasiona, o official conta o caso aos camaradas do seu regimento, que são unanimes em declarar que é indispensavel ir a Bourdeaux em procura do destruidor de bofetadas; e como o joven barão não tem vintem, uma subscrição militar foi promovida para lhe offerecer o necessario para as despesas da jornada. O nosso mancebo parte, decidido a lavar o seu heraldisco brazão da injuria, que o manchava.

Chega a Bourdeaux; mas nada de creoulo! Pontalba soube que elle tinha embarcado na vespera para as Antilhas.

O brioso mancebo escreveu sem demora para Versailles, para tomar parecer sobre o incidente. Os officiaes do regimento respondem, que é forçoso ir procurar além dos mares a satisfação que lhe é devida. Alcançaram-lhe uma licença para esse fim, e enviaram-lhe o somma necessaria para a viagem.

Embarcou; e chegando á America, encontrou o insultador, e pediu reparação, investindo-o acremente, como era natural. O creoulo desculpou-se o melhor que pôde, e assás mal, declarando que quando voltára a casa, na noute da bofetada, encontrára uma carta, que lhe annunciava uma molestia grave de seu pae, e que não pôde resistir ao desejo de partir sem demora para desempenhar os seus deveres filiaes; mas que no entretanto seu pae se havia restabelecido, e sua irmã ia casar-se. Consequentemente supplicava ao official, que se dignasse demorar o duello por uns 15 dias, a fim de não perturbar os festejos da familia com algum funebre accidente. O francez, que era homem de sentimento e de cortezia, accitou a demora e as causas, que a motivavam. O americano, cheio de contentamento, apresentou-o á sua familia, o que originava uma situação verdadeiramente bizarra, donde devia seguir-se o curioso incidente final.

A joven irmã do creoulo não tardou a conhecer o verdadeiro motivo da presença, naquellas paragens, de um official francez da guarnição de Versailles. Teve ella susto pela sorte de seu irmão? Ou foi tocada de sympathya do ponto de honra cavalheiresco, que obrigára a arrostar os mares e as tempestades, a um bello cavalheiro, para pedir satisfação de uma injuria de baile? E' o que não sabemos decidir! O que é certo é que a presença do europeu causou-lhe profunda impressão, enterneceu-a, encantou-a a ponto que todos os progressos que elle fez rapidamente no seu coração foram na razão absoluta do terreno perdido pelo seu noivo local. Dentro em pouco ella confessou tudo a seu pae, a seu irmão... e

já vêdes que de tudo isto era facil enigendrar uma pequena opera comica!

Esta joven americana era nimiamente rica. Um mez depois, o garboso Pontalba casou com ella. O duello ficou sem effeito, e tractaram amigavelmente de guardar a bofetada, como negocio de familia, e como parte do dote da desposada. E' desta união que procede a opulencia de que vemos a amostra nos magnificos palacios do arrabalde de St. Honoré (Pariz) e dos Campos Elyseos.

Por tal preço... Vá! Uma bella creoula, e passar de subscrição a possuir quanto ha de invejavel sobre a terra. ! Póde desculpar-se a atroz injuria. E demais tudo ficou em casa.

Passemos a outra aventura de gosto diverso.

Um pobre poeta, no seculo passado, compozera uns versos em honra do duque de Saint Aignan, e desejava offerecer-lhos na esperança de obter uma pequena gratificação, indispensavel ás suas urgentissimas precisões. Apresentou-se, em certa manhã, no palacio do duque, com os versos na algibeira, mas foi detido pelo guarda-portão. Debalde tentou enternecel-o, até que vendo que nada conseguia, lembrou-se de offerecer ao inabalavel cerbero um terço da gratificação, que o duque lhe dêsse. Chegando ao cimo da escada, surge novo obstaculo. Um athletico laçao tapa-lhe a passagem, e depois de infructuosas supplicas, tem de offerecer-lhe outro terço da gratificação, e consegue entrar nas salas. Mas chegando ao aposento de s. ex.ª, encontra ainda mais pertinaz resistencia no criado do quarto, que não só o não quer deixar entrar, mas prepara-se para ir empurrando o misero poeta até á porta da rua. O pobre diabo offerece o ultimo terço da gratificação, e obtem a final ser introduzido no magnifico camarim do potentado.

Exm.º sr. (lhe disse o nosso homem) compuz estes versos em honra de v. ex.ª. Se elles tiverem algum merito, e eu for tão feliz que vos agradeam, supplico a mercê de ser recompensado com um cento de bastonadas.

E porque? Pergunta o duque profundamente admirado.

O poeta contou a dificuldade que tivera para chegar á presença do exm.º, e a maneira por que o conseguiu.

O duque tocou uma campainha, fez comparecer os seus criados e disse-lhes:

Este asno, que tivestes a imprudencia de deixar penetrar até ao meu quarto, traz-me uns versos não sómente detestaveis, mas o que é mais, excessivamente impertinentes.

Ireis chamar quatro soldados da minha guarda, para que o segurem, e lhe applicareis um cento de bastonadas. Ahi vol-o entrego. Vamos! Nada de demora!

E' facil imaginar que a gratificação não foi administrada, debaixo do pretexto de que o homem havia fugido.

Regressando a casa, o misero poeta encontrou um sacco cheio de dinheiro em ouro, que o duque entretanto remettera á sua esfomeada esposa.

Extrahido do jornal parisiense — *«Le Monde Illustré»* — por L. A. Pimentel.

CORREIO

LISBOA 27 DE NOVEMBRO

(Do nosso correspondente.)

Hontem pela tarde publicou-se um supplemento ao *Diario*, no qual se annunciava que, em consequencia de haver peiorado o sr. infante D. Augusto, ficava transferida para o dia que for opportunamente designado a recepção dos cumprimentos de pesames que estava determinada para hoje no palacio da Ajuda, pelo fallecimento do sr. D. Pedro V, e do infante D. Fernando.

Efectivamente, a enfermidade do sr. infante D. Augusto tem-se aggravado a um tal ponto, que parece não offerecer esperança alguma de que a sciencia o possa salvar.

O augusto enfermo teve hontem pela manhã um grande accesso febril, e alguma excitação nervosa. Pelas sete horas da tarde apresentou alguns alivios, dormindo algumas horas, e sobrevivendo um copioso suor.

Affirma-se que o augusto enfermo está entrando n'uma caquechia, o que faz perder todas as esperanças aos facultativos que o tractam!

Teve hontem logar a cerimonia da quebra dos escudos.

Pelas nove horas da manhã o prestito sahiu dos paços do concelho pela seguinte ordem: marchava na frente um piquete de 16 cavallos da guarda municipal, seguia-se a musica de caçadores n.º 5 e a da guarda municipal. Logo depois vinha o sr. vereador Severo de Carvalho a cavallo, levando a bandeira negra, e acompanhado aos lados por dois empregados da camara de capa e volta. Seguiam-se varios representantes das associações de Lisboa, o guarda mór da camara, e os empregados da mesma, trajando todos rigoroso luto. Vinham depois os tres administradores dos bairros do Rocio, Alto e Alfama, os srs. Lima, Almeida, e Pessoa d'Amorim; apoz estes os juizes do 1.º e 2.º districto criminal, os srs. Vasconcellos e Villaça; o advogado da camara, o sr. Emauz (Augusto) todos os vereadores de capa e volta, chapéos derrubados com fumos pendentes; os continuos da camara, tambem de capa e volta, fechando o prestito uma força de cem cavallos da guarda municipal.

No Torreiro do Paço quebrou o escudo o sr. Lima; no Rocio o sr. Amorim, em Santo Antonio da Sé o sr. Almeida.

O prestito dirigio-se depois para a capella da real casa de Santo Antonio, a fim de assistir

á missa solemne de *requiem* e responsos por alma d'el-rei.

A oração funebre foi recitada pelo sr. padre Castello Branco, o mesmo que orara nas exequias pelo conde de Cavour. O sr. padre Philippe, capellão da camara, foi o celebrante.

Os actos religiosos findaram pelas duas horas da tarde, salvando nessa occasião com 21 tiros do castello de S. Jorge, os navios de guerra surtos no Tejo, e os fortes á beira. A quella hora terminaram tambem os dobres dos sinos, e os sinais que davam de quarto em quarto d'hora as fortalezas e os navios de guerra.

No dia 25 pelas oito a meia da manhã, foi o regimento de lanceiros, com o sr. infante D. João na frente, ouvir uma missa por alma d'el-rei á igreja dos Jeronymos. O regimento ia de grande uniforme, e na força de mais de quatrocentos homens. O sr. marquez da Fronteira, com o uniforme de general, acompanhou o regimento neste acto religioso.

Tambem no dia 28 pelas 11 horas da manhã se celebrou na igreja dos Martyres as exequias solemnes por alma d'el-rei, feitas a expensas da irmandade de Santa Cecilia.

No meio de tanta dôr servem de lenitivo estes actos de respeito e amor pelo infeliz soberano!

Como lhe disse na minha anterior correspondencia, verificou-se no dia 24 a grande reunião na sala do risco, para o fim de levantar um padrão á memoria do sr. D. Pedro V.

A reunião esteve muito concorrida. Presidiu o sr. Soares Franco, chefe de divisão. Houve alguns discursos, proferidos pelos srs. Barbosa Marreca, Mendes Leal, e Lobo. Os oradores propozeram diversos alvitros, e por esta occasião fallou-se do escandalo que tem havido, e ainda dura, com relação ao monumento do imperador.

E' realmente uma vergonha que passados tantos annos não esteja ainda construido o monumento ao duque de Bragança, D. Pedro IV, monumento para que concorreu tanta gente, sem que se saiba o que se fez ao dinheiro da valiosa subscrição que se abriu em todo o paiz e no Brazil.

Cousas nossas! Do celebre monumento existe apenas um simulacro, levantado na praça de D. Pedro, padrão d'um grande desleixo, e d'um escandalo repugnante.

A reunião deliberou nomear uma grande commissão, a qual pode aggregar a si as mais pessoas que entender. A commissão compõe-se de 58 cavalheiros, cuja relação pode ver nos jornaes d'hoje. Não a copio para não fazer uma longa lista de nomes.

Realizou-se a noticia que lhe communiquei á cerca dos srs. Sergio de Sousa, e Antonio de Sampaio. Aquelles dois cavalheiros já estão officialmente nomeados officiaes ás ordens de S. M. o sr. D. Luiz.

Na terça-feira houve no tribunal da Boa-Hora o julgamento d'uma causa crime, em que estavam envolvidos varios reus, implicados no roubo d'uns relógios e outros objectos, no valor de réis 400,500.

A sessão do jury durou desde as 9 horas da manhã até depois das 3 da noite. Foi juiz o sr. Villaça, delegado o sr. Bacellar, advogados dos reus os srs. Alves da Fonseca, e Jeronymo Gusmão, escrivão o sr. Fragozo.

Em presença da decisão do jury, o juiz condemnou os reus Martins, Lopes e Salvador Grande em 15 annos de degredo para Africa com 3 annos de prisão; o reu Cantante em 5 annos de degredo para Africa, e absolveu os reus Soares, Baptista Franco, e Maria José, que sahiram soltos.

Apezar destes exemplos da justiça, os ladrões não se emendam. E senão, veja.

Hontem de tarde deo-se pelo roubo do cofre do batalhão de caçadores n.º 5. O cofre é forte, e não estava arrombado. Presume-se que o ladrão se servio de chaves falsas, com que abriu as gavetas em que estavam guardadas as chaves do cofre, confiadas a trez officiaes.

No cofre havia uns 200,500 rs. pertencentes ao batalhão, e perto de 10:000,500 rs. em oiro e letras, propriedade d'um capitão do corpo. O ladrão apossou-se dos 200,500 rs., porque o outro dinheiro estava dentro d'uma caixa.

Suspeita-se que é auctor do crime um furriel, que escrevia na secretaria, e que hontem de tarde, segundo affirma a sentinella, entrara por trez vezes na casa do cofre. Um cabo do batalhão diz que vira o mesmo furriel limar uma chave de gaveta. O indiciado já está preso, e responderá hoje mesmo a conselho d'investigação.

Pelo navio *Zaire*, entrado no dia 25 receberam-se noticias da nossa Africa occidental. As cousas em Angola não estão ainda boas. O estado daquella colonia não é aterrador, mas está longe de ser satisfatorio. O governador Calheiros tem tomado algumas providencias que tem sido bem acceitas, mas a da creação d'um corpo de voluntarios encontra grande relutancia na classe commercial, e em todas as outras que são indicadas para compôr o mesmo corpo.

As communicações com o interior não estão ainda totalmente desembaraçadas em alguns pontos, mas ha esperanças de renoval-as, restituindo o socoço em alguns districtos. Os roubos dos negros do interior tem causado muitos prejuizos ao commercio.

O novo bispo d'Angola, compenetrado da sua missão evangelica, faz uma pratica todos os domingos na igreja de S. João. Haja bons padres no ultramar, e será debellada uma grande parte das difficuldades que he luctamos nas colonias.

Havia receio de que, com a aproximação da estação calmosa, se desenvolvesse em Loanda a

febre amarella, de que já tinha havido casos, e alguns delles fataes.

O conselho de saude, por edital de 25 do corrente, declarou suspeito de febre amarella o porto de Loanda desde o dia 1.º de outubro ultimo.

O marechal Saldanha continúa convalescente.

A gentil enteada do nobre duque, miss Amalia Bens, converteu-se á fé catholica. A cerimonia do baptismo teve logar na igreja dos inglezinhos, sendo madrinha a sr.ª condeça do Farrobo D. Eugenia, e padrinho seu irmão, o marquez de Saldanha. A nova catholica tomou o nome de Maria.

O acto da conversão verificou-se na segunda-feira. O marechal, querendo receber a nova catholica, com toda a consideração, sentou-se na cama compondo-se de gravata branca, e ornado-se com as insignias e o collar do Tosão d'ouro.

Já está á venda na loja dos srs. Melchiades e C.ª a obra de Michelet, intitulada o *padre a mulher e a familia*. Este escripto foi vertido em portuguez pelo sr. Andrade Ferreira.

Na loja d'um santeiro da rua do Ouro vi hontem uma colecção d'imagens de S. Benedicto, em numero de 12, de diversos tamanhos. E' commendada para o Brazil, onde o santo preto, pelo que supponho, tem muitos devotos.

EXTERIOR

Em seguida publicamos o tractado celebrado entre o governo hespanhol e o imperio de Marrocos:

«Artigo 1.º As tropas hespanholas evacuarão Tetuan logo que o governo marroquino entregue tres milhões de duros.

Art. 2.º Os dez milhões restantes para o complemento da indemnisação estipulada no tractado de paz, se satisfarão com a metade dos productos das alfandegas de todos os portos do imperio que o sultão põe á disposição da rainha de Hespanha, para que os mande cobrar por empregados hespanhoes.

Art. 3.º Os interventores e cobradores hespanhoes começarão a funcionar um mez antes das tropas hespanholas evacuaem Tetuan.

Art. 4.º A demarcação de limites da praça de Melilla, será feita conforme o tratado de 1859, e a entrega dos mesmos limites será feita por parte de Marrocos antes da evacuação da praça de Tetuan.

Art. 5.º O tratado de commercio, de que falla o tratado de paz, será igualmente assignado antes da evacuação de Tetuan.

Art. 6.º S. M. a rainha de Hespanha poderá mandar estabelecer em Tetuan uma casa de missionarios como a que existe em Tanger, e os missionarios poderão dedicar-se a seu sagrado ministerio em qualquer ponto do imperio marroquino; e suas pessoas, casas e hospicios, ficam debaixo da protecção especial do sultão.

Art. 7.º As condições estipuladas nos artigos anteriores serão cumpridas no prazo de cinco mezes, a contar do dia em que o califa Muley-el Abbas regressar a Tanger; porém se em antes forem cumpridas pelo governo marroquino, verificar-se-ha immediatamente depois a evacuação de Tetuan.

Art. 8.º Ficam em vigor os artigos do tratado de paz de 26 de abril de 1860, em tudo o que se não opponham ao presente, que será ratificado com a maior brevidade possivel.»

ANNUNCIOS

EDITAL

Francisco Antonio da Costa Guimarães, recebedor da comarca d'Aveiro, etc.

Faço saber, que tendo-me sido entregues pelo escrivão de fazenda do concelho de Aveiro os conhecimentos para a cobrança de decima de juros, e da contribuição industrial relativa ao anno de 1861 se acha aberto o cofre para a sua recepção, por espaço de trinta dias a começar no dia dois de dezembro proximo futuro, e findar em outro igual dia do mez de 1862, devendo realizar-se a cobrança de todas as freguezias deste concelho, na casa da minha residencia na Praça do Commercio, desta cidade, desde as nove horas da manhã até ás tres da tarde; e findo este, ficam os contribuintes obrigados ao pagamento da quota dos 3 por cento para a fazenda nacional, e a serem relaxados administrativamente, depois de avisados por editaes publicos e affixados nos lugares ordenados pelas leis vigentes, e ás mais penas por ellas estabelecidas.

Recebedoria da comarca de Aveiro 22 de novembro de 1861.

O recebedor da comarca, Francisco A. da Costa Guimarães.

RESPONSAVEL — Manoel Cypriano da Silveira Pimentel.

Typographia do Districto de Aveiro.